



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



54

Discurso na solenidade de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco e inauguração de galeria de fotos dos ex-Secretários-Gerais

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 10 DE OUTUBRO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; meu caro amigo e Chanceler Celso Lafer; Senhor Diretor do Instituto Rio Branco; Senhor Embaixador Seixas Corrêa, que é o nosso Secretário-Geral; Professor José Roberto Mendonça de Barros, que nos brindou com essa jóia de oratória; Secretário Lincoln Bernardes, que foi tão preciso e tão afinado com os sentimentos do Brasil e do mundo nas suas palavras; Senhores ex-Ministros de Relações Exteriores, que nos deram a honra de estar aqui presentes hoje; Senhores formandos; Diplomatas; Senhoras e Senhores,

Não sei exatamente se esta é a oitava ou a nona vez que tenho a honra de presidir uma sessão como esta. Presidi como Chanceler – presidi não, acolitei o Presidente como Chanceler – e fui menos generoso com o Presidente do que o Chanceler hoje foi comigo. E me arrependo disso, porque é bom ser elogiado durante já estes sete anos em que venho presidindo estas sessões solenes de formatura.

Mas é sempre para mim, realmente, uma satisfação e um orgulho, mormente nas circunstâncias atuais, não só pela presença à frente

desta casa do Chanceler Celso Lafer – antigo companheiro de universidade, de lutas, nos momentos de resistência aos regimes autoritários, nosso brilhante Embaixador em Genebra, defendendo sempre os interesses do Brasil, e, agora, Ministro das Relações Exteriores, substituindo um outro grande Ministro, que foi o Chanceler Luiz Felipe Lampreia –, mas também pela alegria de ver que o patrono escolhido por vocês foi o Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues.

Ele, realmente, faz jus à imagem do diplomata-cidadão que repudiou o arbítrio, e o fez com brilho. Devo dizer que me recordo dos momentos em que havia uma revista chamada *Política Externa Independente*. O Embaixador Jayme Rodrigues fazia parte desse conselho, bem como quem hoje é meu Embaixador em Cuba, o Professor Luciano Martins. Vez por outra, tive oportunidade de encontrar-me com eles naquele momento em que esse tema apaixonava as jovens gerações. Eu já não era, infelizmente, tão jovem naquela época, mas, de qualquer maneira, bem mais jovem, e também me entusiasmava pela possibilidade de o Brasil ter uma posição afirmativa no plano internacional.

Assistimos, todos, ao empenho do Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues na Unctad. A Unctad também para mim tem uma conotação muito especial, pois trabalhei, pessoalmente, com Raul Prebisch, na Cepal, quando fui então funcionário das Nações Unidas e pude privar do seu convívio. Na verdade, não era permanente porque, àquela altura, o Doutor Prebisch trabalhava em parte nos Estados Unidos, no Banco Interamericano de Desenvolvimento ou em alguma associação próxima ao banco, e em parte trabalhava, ainda, no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, chamado Ilpes, do qual fui diretor adjunto. Quando Raul Prebisch não estava em Santiago do Chile, generosamente me cedia sua sala. Eu usava mais a sala da secretaria dele, porque me acanhava de utilizar a sala de Prebisch, a não ser quando algum brasileiro ia lá me visitar. Então, para exibir um pouco o orgulho nacional, não me sentava à cadeira de Prebisch, mas ficava na mesma sala em que ele se reunia. Prebisch foi um dos grandes incentivadores da Unctad. De modo que o fato de Jayme Azevedo Rodrigues estar também, ligado

a este empreendimento para mim, pessoalmente, é uma grande satisfação assistir a este justo tributo a este grande brasileiro.

Naquele momento, em que se discutia tão apaixonadamente os temas do desenvolvimento, como o nosso orador, Lincoln Bernardes, mencionou há instantes, nós estávamos, todos, envoltos em debates, às vezes um tanto abstratos. Mais tarde, no Chile, portanto depois de 64 – também eu atingido pelo mesmo vendaval de perseguições, tive que deixar o ensino na Universidade de São Paulo e ir para o Chile –, a grande discussão era saber o que aconteceria com nosso continente e com os países subdesenvolvidos em função da existência de fortes vínculos de dependência.

Na época, argumentei que, a despeito de tudo, era possível o desenvolvimento. Escrevi um livro com um companheiro meu chamado Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, cuja tese, ao contrário do que foi dito mais tarde, era de que, sim, seria possível haver desenvolvimento a despeito de existirem vínculos de dependência.

Na época, isso era heterodoxo. Fui a vida todo heterodoxo. Acho que ainda sou. Quer dizer, a coisa que menos me deixa feliz é, simplesmente, concordar com a maré dominante. É difícil para o Presidente da República não concordar com a maré dominante. Mas eu continuo não concordando, muitas vezes, com a maré dominante. Não concordava naquela época. Nem sempre a maré dominante vem da direita, às vezes, vem da esquerda. Naquela época, vinha da esquerda. Dizia-se que era impossível haver desenvolvimento por causa da dependência, e nós nos contrapusemos a isso e dizíamos: “É possível, sim”, até porque era tão óbvio que o Brasil crescia e se transformava como ocorria em muitos outros países.

Mais adiante, na mesma onda que era inspiradora das pessoas que tinham participação ativa na vida política e cultural – e continuo me referindo a Jayme Azevedo Rodrigues e aos seus companheiros –, havia, também, outra idéia contra a qual me insurgi, a de que, na verdade, o autoritarismo então vigente, não só no Brasil mas em vastas partes da América Latina e do mundo, era exigência do capi-

tal. Explicação mecanicista que satisfazia as mentes menos elaboradas e menos curiosas e que dava a impressão de que com isso entrávamos no reino dos céus. Dizia-se que não haveria possibilidade de democracia porque “o capital” não permitia, algo totalmente contraditório com a história do próprio capital, mas que, na época, dominou as mentes, os corações e as universidades. Era indiscutível para muita gente que o autoritarismo era o subproduto do capitalismo. Opus-me a isso também, e, naturalmente, ao me opor a isso, sempre fui percebido como “heterodoxo da heterodoxia”, porque não estava de acordo com a heterodoxia prevalecente, que afirmava que o capital impunha o autoritarismo, e eu não concordava com essa simplificação.

O fato de justificar que o capital não impõe o autoritarismo não justificava o “capital” tampouco. Nós, de lá para cá, mudamos bastante. Na época em que esses fatos aconteceram, vivíamos filiados a um Ocidente que era fictício e maniqueísta. A tendência ao pensamento binário é muito perigosa e muito comum: “Ou está comigo, ou está contra mim”; ou está com o bem, ou está com o mal; ou está com o Ocidente, ou está contra o Ocidente.

Nós não devemos desprezar o que aconteceu aqui, que correspondeu a uma intensa permuta civilizatória que fez do Brasil uma variante que é original na cultura ocidental e que um outro diplomata ilustre, José Guilherme Merquior, chamava de “um outro Ocidente”. Pode parecer uma observação meramente qualificativa, mas não é. É um outro Ocidente. É o Ocidente, mas é um outro Ocidente.

Sobre os momentos de desenvolvimento do pensamento econômico, o professor Mendonça de Barros já os adestrou suficientemente na matéria, posto que é mestre. Uma vez, escrevi um artigo sobre o pensamento latino-americano na Cepal, que incluía todos os que, então, éramos ativos nessa questão. O ensaio chamava-se “A originalidade da cópia”. E eu dizia que o que nós fazíamos aqui era uma cópia, mas era uma cópia original.

Isso vale para a questão do outro Ocidente. Nós somos uma cópia do Ocidente, mas uma cópia original. E se não percebermos essa es-

pécie de dualidade, ambigüidade e contradição, ao gosto de cada um, não vamos entender nem mesmo a nossa posição no mundo internacional, a nossa diplomacia. Temos que ser sempre Ocidente, mas um outro Ocidente. Às vezes, chamo de Extremo Ocidente. Variamos as expressões, mas essa é a nossa situação, portanto nós temos que raciocinar sempre nesses termos.

Com o retorno da democracia, tivemos muito melhores condições, e as temos, de assumir, de explicitar o que nós somos: uma nação onde existe pluralismo. O pluralismo cultural, político, étnico e religioso, cuja identidade se revela através do que somos capazes de criar, de produzir e no que nós acreditamos. Isso se revela também na nossa ação internacional, na nossa ação externa.

O Ministro Celso Lafer tem falado de uma “moderação construtiva”, que definiria, desde sempre, o comportamento da diplomacia brasileira. Moderação construtiva. Quando o Ministro Celso Lafer e eu estávamos na universidade, longe daqui, nós dizíamos que nos filiamos – a expressão é da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, à qual eu nunca pertenci – à “escola intermédia”. E o Ministro Celso Lafer é adepto da “escola intermédia”. E isso significa, de alguma maneira, essa moderação construtiva.

Não se tome a expressão nem “escola intermédia”, nem moderação construtiva como falência de vigor na determinação. Nem se tome como uma capitulação diante do argumento do outro, senão que se tome como essa capacidade nossa de plasticidade, de pluralismo, de entender que é preciso haver o que ele chamou de moderação construtiva, é preciso entender o outro, é preciso não ter, portanto, nenhum amor a qualquer forma de totalitarismo ou de pensamento simplista de tipo binário. É isso que permite ao Ministro Celso Lafer essa formulação: é saber que temos que lidar sempre com uma multiplicidade de interlocutores. Isso nos impõe mais responsabilidades. Isso é visível em tudo.

No caso do Mercosul, é claro que a nossa vocação sul-americana vem logo ao primeiro plano. Mas não podemos estar alheios por causa do Mercosul ao destino do nosso hemisfério todo, que nós

precisamos que seja coeso, que seja integrado e tenha, o que é o mais difícil, eqüidade.

Nessa mesma linha de reconhecimento do que nós somos, é claro que nós – ao mesmo tempo em que nos sentimos parte dessa região (e isso sempre foi assim desde os nossos maiores, na preocupação com a Bacia do Prata), com o Mercosul – temos junto com o nosso sentimento de América do Sul a compreensão de que somos parte de um hemisfério.

Ainda recentemente, num dos jornais de São Paulo saiu um artigo também interessante, para o qual me chamou a atenção o Ministro Lafer, a respeito do Abade Serra. Era um personagem do começo do século XIX, e, já naquela época, havia um fluxo de pensamento, no caso luso-brasileiro, com o pensamento jeffersoniano e com a Doutrina Monroe. Nós, desde sempre, tivemos a vocação para afirmarmos a nossa circunstância regional, local, e um sentimento de que devemos nos integrar ao hemisfério todo. Mas como é que nós podemos deixar de nos sentir cada dia mais próximos da Ásia, nesse momento em que somos parceiros de tantos projetos e em que temos aqui, dentro de nós, populações asiáticas que convivem bem, desde as de origem japonesa, de origem coreana e de tantas outras mais?

Temos parcerias. Nós não estamos fazendo satélites com a China? Estamos fazendo satélites com a China. Nós não temos investimentos vultosos japoneses no Brasil? Não estamos preocupados em ganhar os mercados não só da China e do Japão como, através de Cingapura, os outros mercados asiáticos? Os mercados da Malásia e quem sabe os da Índia? Nós estamos discutindo patentes com a Índia? Então, não podemos esquecer que a nossa circunstância sul-americana nos leva, também, a abrir os olhos para outros lados do mundo. Temos esse sentimento que é universalista. Por isso, temos que acompanhar o cotidiano da vida internacional em tudo que ela tem de promissor e, claro, também no que ela traz de inquietante e ameaçador.

Com essa nossa multiplicidade, essa nossa plasticidade ocorrem momentos de coesão que ultrapassam diferenças até de gerações. O que foi dito pelo nosso orador, recentemente formado, é o que eu

penso, a despeito das nossas diferenças de idade e de posição. Vê-se que, nesse momento, diante do que aconteceu nos Estados Unidos no dia 11 de setembro, houve um sentimento que foi unânime.

Esses atos terroristas provocaram a mais veemente condenação. Eles ferem, obviamente, tudo que temos de mais básico na humanidade e também tudo que caracteriza a nossa formação cultural, para não falar da repulsa constitucional ao terrorismo, pois a nossa Constituição repudia o terrorismo sob todas as suas formas. Não precisamos de nenhum tratado internacional para que o Brasil se alinhe contra algo que fere profundamente os nossos valores.

O Brasil tomou uma posição ativa no Conselho das Nações do hemisfério e chegamos a invocar o Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) porque era preciso deixar bem claro que o terrorismo não é aceitável por nós. Pense-se o que se pensar do Tratado, é o disponível. E ele dá um marco jurídico para que possamos expressar o nosso repúdio, baseado na nossa Constituição e na existência de um ordenamento jurídico internacional que nos leva a isso.

Mas cabe também dizer que, além dessa disposição do Brasil no plano internacional, estamos, em função dos nossos valores, reforçando as medidas necessárias, como já disse mais de uma vez, nos nossos aeroportos, nas nossas fronteiras. São medidas muito fortes que temos que tomar, crescentemente, quanto à lavagem de dinheiro, contra o dinheiro do narcotráfico, contra o dinheiro da corrupção, o contrabando de armas e, eventualmente, contra os recursos que possam passar por esses mecanismos através da lavagem de dinheiro para chegar até o terrorismo.

É claro que isso implica também – já foi antedito, senão dito pelos que me antecederam – uma posição ativa no Conselho das Nações, no sentido de que se imponham controles maiores aos paraísos fiscais. É o momento, como disse o nosso querido Professor Mendonça de Barros, na crise, de utilizar as oportunidades. É uma oportunidade para certas revisões profundas da condescendência que há no sistema internacional para o delito, porque esses paraísos fiscais são, realmente, fontes que abrigam o delito.

Agora, essa luta, claro, não é exclusiva de um país ou de um grupo de países. É uma luta de toda a comunidade internacional. É preciso que o Brasil ajude um equacionamento mais duradouro desse problema que nos aflige no mundo de hoje e diante da reação militar que está em curso. Obviamente, nós todos esperamos, ardente mente, que o número de vítimas seja o menor possível. Não faço mais do que repetir o que ouvi do Presidente Bush antes dos acontecimentos e, agora, mais recentemente, do Secretário Powell nessa direção. Mas sabemos todos nós que guerra é guerra, é horrível sempre e produz sempre efeitos negativos.

Temos que refletir sobre o aperfeiçoamento dos padrões de convivência internacional. Não basta, simplesmente, repudiar o terrorismo. Não basta contermos uma ação muito direta aqui, no Brasil, para evitarmos que fenômenos dessa natureza possam ser aninhados por aqui. Mas é preciso, ao mesmo tempo, uma ação pró-ativa no que diz respeito à ordem internacional para mostrar que a razão há de prevalecer. Isso faz parte do nosso *ethos*.

Essa moderação construtiva é um apelo à razão. Não é simplesmente uma acomodação. É negação da acomodação e é um apelo à razão. O apelo à razão não pode servir de pretexto para o não-repúdio à ação irracional que é o terrorismo. Mas pode servir de alerta para que desse repúdio à ação internacional terrorista não advenha uma situação que seja negativa para a ordem internacional e para a manutenção dos valores que nós aqui, deste "outro Ocidente", prezamos muito, como o pluralismo, as vozes polifônicas que têm de ser, realmente, ouvidas.

E é com esse propósito que estou mandando uma carta a muitos dos líderes mundiais reafirmando algumas dessas posições do Brasil. E é também com esse propósito que irei, pela primeira vez, à Assembléia Geral das Nações Unidas, aonde normalmente tem ido o Chanceler. Cabe ao Brasil a abertura, por tradição, da Assembléia da ONU. Dessa vez, irei pessoalmente para poder, de viva voz, expressar o sentimento de todos nós, que é, de alguma maneira, o que nós estamos aqui tratando de reviver no dia de hoje.

Essa oportunidade que se nos abre é uma oportunidade para tornar o ordenamento internacional mais imune ao irracionalismo, à intolerância e à exclusão. Isso implica uma reafirmação da democracia como valor universal. Mas também devemos saber, ao mesmo tempo, valorizar os mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos.

O ato simples de assinatura do convênio que mandamos ao Congresso Nacional, do Tribunal Penal Internacional, faz parte disso, e eu me senti honrado e emocionado de fazê-lo diante de duas amigas: Eunice Paiva, que foi companheira de tantos anos – nos conhecemos há tantos anos –, e Clarice Herzog. Fomos amigos, sempre, do Rubens Paiva, que mataram, do Vladimir Herzog – o Vlado –, que mataram. Vlado e Clarisse foram meus alunos. Hoje, ao assinar este ato criando o Tribunal Penal Internacional, eu o fiz em homenagem à memória deles e à memória de tantos outros que foram vítimas do arbítrio. O arbítrio não pode ter abrigo entre nós. O arbítrio, às vezes, requer uma penalização que vá além do limite da fronteira nacional. Pode ser controvertido, mas foi a nossa posição.

Nós assumimos com força essa posição em Roma porque há crimes que são crimes contra a humanidade. Se não há um tribunal, existe o arbítrio também na penalização, existe a discriminação, que não é aceitável. Não é aceitável que uma nação julgue o crime praticado por outra pessoa numa outra nação. O que é aceitável é que certos tipos de crime sejam realmente julgados por mecanismos internacionais que dêem a legitimidade para que se possam coibir as violações dos direitos humanos.

Há, portanto, uma agenda que é bastante ampla. Essa agenda começa com a reafirmação da democracia, com uma prática concreta de apoio às instituições democráticas, jurídicas, que tem validade internacional para coibir a transgressão que se faça em nome do que seja, mas vai além disso. Nós precisamos estar mais firmes também na construção de uma nova ordem – repito o óbvio, mas o óbvio tem que ser repetido –, sem as assimetrias no comércio internacional e nas finanças.

A posição do Brasil nessa matéria tem sido, sempre, muito firme e consolidada. Estamos repudiando o terrorismo, dando apoio, sem dúvidas, àqueles que hoje têm o direito de reagir contra a punhalada que receberam nas suas costas e que feriu as costas de todo mundo, inclusive de brasileiros. Feriu, realmente, as costas da humanidade pela violência do ato praticado. Se nós damos esse apoio, isso não nos pode fazer esquecer outros temas. Temos um compromisso nosso com a humanidade, com os interesses do nosso país, os interesses nacionais, com o nosso respeito aos valores fundamentais da democracia. Temos que ir além e insistir nos nossos temas sobre o comércio e sobre as desigualdades que existem, não só no comércio, mas também no plano das relações financeiras.

É claro, aqui existe uma ansiedade muito grande, neste momento, sobre o que ocorrerá com a Organização Mundial do Comércio. Nós estamos nos preparando para uma nova rodada de negociações que será em Doha. Vamos ver como se realizará essa rodada. O importante é que o Brasil está firme nessa matéria.

Ainda ontem, numa conversa com o alto comissário europeu para assuntos agrícolas, o Ministro Lafer presente, discutimos essa questão com muita insistência. Não podemos concordar que essa nova rodada se faça não abrindo a discussão dos temas agrícolas, que são os que interessam, vitalmente, aos países mais atrasados e mesmo aos países emergentes, como é o caso do Brasil. Queremos, sim, uma nova rodada. O Brasil tem que assumir sua responsabilidade histórica. E assumir certa liderança sem ter, a todo instante, cuidados excessivos. Precisamos falar mais forte nessa matéria. Falar mais forte não é se recusar a sentar à mesa.

O Ministro Lafer teve a generosidade de citar uma frase que eu disse de improviso em Palmas, no Tocantins. Mas penso seriamente nela, no conteúdo dela, não na frase, ou seja: nós não podemos continuar a ter medo de sentar à mesa. Devemos ter medo é de não sermos capazes de, sentados à mesa, argumentar. E sentados à mesa, defender o interesse nacional. Não se defende interesse nacional no isolamento mais. É impossível. Defende-se o interesse nacional discu-

tindo, organizando alianças, fazendo propostas realistas, aceitando que haja um tempo para que essas questões se ajustem, mas nunca cedendo no rumo, nos objetivos e em construir um caminho.

De novo, agora, temos essa oportunidade. E caberá aos nossos diplomatas, junto com os homens do comércio exterior – enfim, mas é uma tarefa de todos nós e de liderança, que eu assumo –, levar adiante essas discussões sobre a Organização Mundial do Comércio com esse espírito, que é o espírito que vai honrar Jayme Azevedo Rodrigues, Raul Prebisch, assim como o dos que morreram para manter a democracia, que permite que haja a reiteração desses valores a todo instante. Temos que avançar nessa direção.

Não podemos nos calar, também, diante das turbulências financeiras. Inúmeras vezes – e não só eu – temos alertado para os riscos da vulnerabilidade das finanças internacionais. Vou continuar a fazer isso. Continuaremos a fazer com firmeza. Cada vez que eu me refiro a uma proposta de um grande economista americano chamado Tobin – a Taxa Tobin – uma parte do mundo vem abaixo, o mundo interno, o meu próprio mundo. Por quê? Porque não é “prudente”, porque a Taxa Tobin é considerada como alguma coisa que pode ferir demais interesses muito fortes. Mas não é só isso. Ela não é “prática”.

Uma pessoa pela qual nutro grande admiração, Amartya Sen, que é um economista nascido na Índia, professor em Harvard, recentemente, deu uma entrevista num desses canais fechados, em que dizia que, em tese, é favorável à Taxa Tobin, mas sabe da sua impraticabilidade. Depende do que é a impraticabilidade. A Taxa Tobin, se me permitem a expressão mais simples, é a CPMF no mundo. No Brasil, os economistas não gostam da CPMF – nem vou olhar para o José Roberto ao dizer o que vou falar agora – porque ela distorce uma série de custos. E a CPMF no mundo, além de, eventualmente, distorcer custos, tem um outro problema: todos a adotam ou os países que não a adotarem levarão vantagem sobre os que a adotarem. Bom, é verdade. Mas não deixa de ser verdade que existe um problema sério de volatilidade de capitais. E não deixa de ser verdade que existe um problema sério de falta de recursos para promover o de-

senvolvimento em escala mundial. Não deixa de ser verdade que uma pequena contribuição desses trilhões que flutuam pelo mundo daria recursos mais que suficientes ao Fundo Monetário Internacional para que ele pudesse, efetivamente, funcionar mais à moda sonhada por Keynes, de ser um banco central dos bancos centrais, provendo a liquidez do sistema. Também daria muitos recursos ao Banco Mundial para que ele pudesse ter uma ação mais efetiva na promoção do desenvolvimento e para que nós pudéssemos ver o combate a certas moléstias incríveis, como a Aids. Fala-se da África, mas não é só na África. Não existem recursos suficientes para que, em nome da humanidade, nós possamos nos contrapor a essas tragédias. Algum mecanismo há de ser encontrado.

Eu me refiro à Taxa Tobin porque ela é heterodoxa. Sou heterodoxo na heterodoxia. Sei que ela também não pode ser aplicada. Nós vamos então inventar algum mecanismo que facilite tudo isso. É um escândalo que o Banco Mundial disponha hoje de créditos não muito maiores que o BNDES do Brasil. Isso é bom para nós. Mostra que o BNDES empresta bastante, mas é ruim para o mundo. O BNDES empresta quase tanto quanto o Banco Mundial. Ou seja, o papel do Banco Mundial é pálido diante das agruras do mundo.

O programa de distribuição de alimentos que nós tínhamos aqui no Brasil, o Prodea, distribuía mais cestas básicas do que a ONU faz no mundo. E o Brasil se queixa sempre de que é insuficiente. Imagine-se o mundo. E nós vamos assistir a isso? Nós vamos assistir a mais um milênio em que os grandes problemas do mundo não podem ser equacionados porque falta sentar à mesa com força e exigir? Não é possível centradas. E não podemos deixar de insistir em melhorar e em aperfeiçoar os mecanismos que existem. Eu me referi ao Fundo Monetário, me referi ao Banco Mundial. Nós, hoje, dispomos de um outro organismo chamado G-20, mais amplo do que o diretório, que é o G-7, que contempla países como o Brasil, como a Índia, como outros mais e que é um mecanismo de negociação das questões financeiras.

Não há dificuldade em dar mais força ao G-20 e reconhecer que o G-7 e o G-8 não podem nem mais se encontrar em paz. Quando se

encontram, não têm condições de legitimidade para decidir questões que, realmente, coibam o não atendimento das suas decisões ou que, melhor, reforcem positivamente as suas decisões. Porque então não forçarmos mais para que o G-20 seja, progressivamente, um órgão que tenha não apenas a capacidade que tem hoje de sugestão no campo econômico-financeiro, mas, também, uma força para a sugestão política na construção de uma nova ordem, que seja uma ordem mais igualitária? Isso não para substituir o Conselho de Segurança das Nações Unidas, nem a Assembléia Geral, porque, queiramos ou não, são os instrumentos mais democráticos disponíveis.

Precisamos voltar a discutir a ampliação do Conselho de Segurança. A Assembléia Geral das Nações Unidas é mais ampla, mas há de se reconhecer que é impossível que pelo voto da maioria de nações – que são muitas vezes criações da descolonização – sem peso para tomar voz no mundo se tomem as decisões.

Algo intermediário precisa ser criado. Por isso, falo do G-20. Por isso, falo da necessidade de termos um Conselho de Segurança mais atualizado e mais legítimo.

Naturalmente, no momento em que se voltar a discutir esse conjunto de questões, tem que ser reafirmado: o mundo novo, os novos atores já estão funcionando. Não são só os Estados que participam das decisões. Hoje, nós temos organizações não-governamentais, as empresas multinacionais, sindicatos que têm suas organizações internacionais, preocupações com os direitos humanos, preocupações com a ecologia que transcendem os atores tradicionais e hão de ser partícipes dessa nova negociação. Mas têm que ser partícipes organizados e não partícipes na rua, gritando. Têm que ser partícipes dentro das instituições, discutindo para que elas se aperfeiçoem, para que uma nova ordem seja mais eficaz, para que suas decisões tenham mais legitimidade.

Perdoem-me se saí um pouco do estritamente usual nessa matéria e me fiz ouvir sobre questões que estão ainda em fase de definição e sempre em cooperação estreita com o Itamaraty. Mas os jovens diplomatas são os que – espero – terão a sorte de realizar aquilo que,

na minha geração, foi apenas sonho. Mas terão a sorte de realizar. Estão vivendo em um mundo que se é um mundo de mais percalços, de mais incertezas – e todos nós falamos sempre das incertezas –, é também um mundo de maiores possibilidades, muitíssimas possibilidades. Não podemos perder esse sentimento das possibilidades. Não podemos ficar simplesmente paralisados pela irracionalidade do terrorismo ou inermes diante de outras irracionalidades como a exclusão, a não aceitação da necessidade da colaboração do novo Ocidente com o velho Ocidente, que é um espírito de maior transigência, de maior tolerância, de maior respeito e de maior humildade.

Somos obrigados a ser humildes. Alguns até não gostariam de ser, mas não há jeito. Não temos força para não ser. Esse sentimento é positivo se for assumido pelos que não precisam ser humildes porque são muito fortes. Mas não há força que resolva todas as questões da humanidade. Trágicos foram os acontecimentos de 11 de setembro, que levaram os Estados Unidos a uma posição correta: dialogaram, buscaram alianças, conversaram, estão preocupados para não ir além do necessário para coibir o terrorismo. É um novo momento, com tudo que tem de preocupante e, quem sabe, com tudo que tem de esperança.

Devemos estar atentos às esperanças, e as nossas esperanças estão em vocês, bem preparados, bem treinados, afinados com o sentimento do País. Não devemos nos descurar nunca do que Machado de Assis chamava de “instinto de nacionalidade”. Não há contradição entre mantermos o instinto de nacionalidade – aquilo que nos é próprio, que é nosso, nosso interesse, mesmo quando dito de uma maneira não formal, não pomposa – e o sentimento do mundo, para juntarmos Machado de Assis com Drummond de Andrade. Se nós formos capazes de, ao fazê-lo, contaminar o mundo com esse espírito, teremos dado a nossa modesta contribuição para que o amanhã seja melhor.

Confiamos em vocês para que ajudem a construir um amanhã melhor. Tenho certeza de que o farão.

Muito obrigado.